



Forestis

ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE PORTUGAL

BOLETIM TRIMESTRAL DA FORESTIS - ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE PORTUGAL • NÚMERO 22 • ANO 5 • Novembro 2001

DIRECÇÃO DA *FORESTIS* REÚNE-SE COM INSTITUIÇÕES DO SECTOR

BALANÇO DA 1ª FEIRA FLORESTAL EM MURÇA

CONCLUSÕES DAS JORNADAS DA AF BAIXO VOUGA

FICHA TÉCNICA SOBRE PREPARAÇÃO DE TERRENO

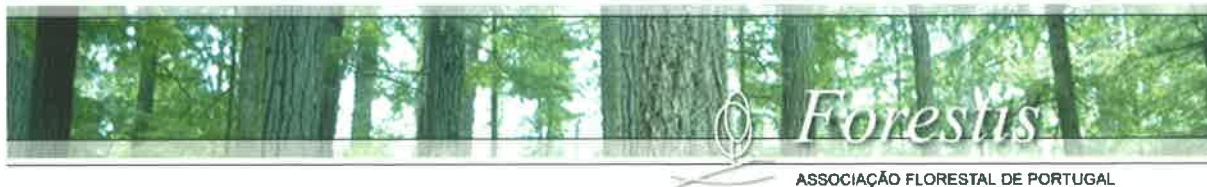
Cursos para Proprietários Florestais:

12-30 de Novembro: ASSOCIAÇÃO FLORESTAL CÁVADO	Curso Gestão e Protecção da Floresta Vila Verde
10 a 21 de Novembro: ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO LIMA	Podas e Desramações em Povoamentos Florestais Viana do Castelo
3 a 14 de Dezembro: ASSOCIAÇÃO FLORESTAL CONCELHO CHAVES	Podas e Desramações em Povoamentos Florestais Chaves

NOVEMBRO – Abertura do Parcelário do INGA nas Zonas Agrárias
Importante para candidaturas a Projectos Florestais do IIIº Quadro Comunitário de Apoio

4º CONGRESSO FLORESTAL NACIONAL – A Floresta na Sociedade do Futuro
– Évora, **28 a 30 de Novembro de 2001**
www.spcf.pt

VISITE O NOSSO SITE – www.forestls.pt



SUMÁRIO



Editorial	3
Entrevista	5
Vida da <i>Forestis</i>	7
Vida das Associações	11
Ficha Técnica	18

FICHA TÉCNICA

BOLETIM TRIMESTRAL DA *Forestis* – ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE PORTUGAL Nº 22 • Ano 5 • Novembro 2001
EDITADO POR: *Forestis* – ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE PORTUGAL;
(IBMC) R. DO CAMPO ALEGRE, 823, 4150-180 PORTO – TELF: 22 6006129 • FAX: 22 6090156 •
EMAIL: forestis@mail.telepac.pt
EXECUÇÃO GRÁFICA: RAINHO & NEVES, LDA. – SANTA MARIA DA FEIRA
COORDENAÇÃO TÉCNICA: ROSÁRIO ALVES
FOTO CAPA: JORGE CUNHA
NESTE NÚMERO COLABORARAM: AMÉRICO MENDES, ANTÓNIO LOUREIRO, ARTUR MOTA,
CAROLINA DOMINGUEZ, JOÃO TEIXEIRA, JORGE CUNHA, LUÍS OSÓRIO, LUÍS SARABANDO,
RICARDO FERNANDES, ROSÁRIO ALVES, RUI GIESTAS.

EDITORIAL

A *Forestis*, tem continuado a sua acção em prol da criação de condições que permitam às organizações, em si, filiadas desempenharem trabalho sólido na construção de uma floresta privada mais produtiva e com menor risco associado.

Pretendemos e temos vindo a conseguir ser um verdadeiro Movimento de Organizações, personificado em dirigentes e demais colaboradores, identificados na nossa missão.

Num sector de características singulares, as dificuldades, bem identificadas por muitos, são contudo desmontadas por poucos, e nós estamos cada vez mais nesse grupo.

O esforço desenvolvido faz com que mais lentamente do que seria a nossa vontade, e provavelmente do que somos merecedores, granjeemos o reconhecimento pelo trabalho realizado, e, pela seriedade e capacidade técnica, que todo o Movimento *Forestis* tem demonstrado.

Recentemente, aceitamos mais desafios numa conjugação de esforços com outras instituições. Entendemos a importância de actuar em rede e fazer circular entre parceiros métodos e conhecimentos, sempre numa lógica de equidade e de valorização do trabalho desenvolvido. Pois, estamos cada vez menos disponíveis para aceitar propostas ou contrapartidas de ocasião.

Não recebemos dinheiros a fundo perdido, por aquilo que não fazemos, mas é justo que nos paguem os serviços que prestamos.

Neste contexto, assinamos um protocolo com a Comissão Nacional Especializada em Fogos Florestais (CNEFF), com vista a fazer a localização e o levantamento de infraestruturas importantes na defesa e combate a incêndios.

Este é um exemplo de uma boa articulação entre uma entidade com objectivos bem definidos como é a CNEFF e outra, a *Forestis*, que pela sua organização e distribuição territorial reúne condições para efectuar trabalhos de campo numa vasta e conhecida área geográfica.

A forma como decorreu este processo reflecte que quando existem meios e capacidade as coisas facilmente avançam. Note-se, que foram subscritoras deste protocolo além da CNEFF e *Forestis*, 22 Organizações Florestais, que no dia 6 de Agosto, na sede da *Forestis*, além do protocolo propriamente dito, celebraram mais um acto de verdadeiro associativismo.

Com a Direcção Geral das Florestas (DGF) e Direcção Regional de Agricultura do Entre Douro e Minho estamos a levar a cabo outra tarefa resultado de um protocolo que prevê a confirmação de áreas dos perímetros florestais na região de Entre Douro e Minho.

Estamos certos que obteremos bons resultados mas aguardamos pelo balanço final para retirar todas as conclusões que nos permitam continuar a trabalhar e a colaborar cada vez melhor. Não somos dos que se limitam a falar, somos dos que fazemos. Pretendemos fazer parte da solução.

Ponto da situação da Campanha CNEFF 2001 «Prevenção na Floresta»

Aproveitando o balanço feito no final da época dos fogos, o Ministério da Administração Interna solicitou à CNEFF um ponto da situação da Campanha «Prevenção na Floresta», em decurso até ao final de Outubro. Relembrando os objectivos da Campanha, estes incidiam na divulgação do 117 e na sensibilização da população para a questão dos incêndios florestais, com ênfase na população mais jovem. Para tal integraram-se equipas dos programas OTL do Instituto Português da Juventude em actividades de actualização de inventário de infra-estruturas florestais de apoio à prevenção e combate dos incêndios florestais. Paralelamente e, em alguns casos, em apoio às equipas OTL, houve também o envolvimento de técnicos de Associações Florestais filiadas da *FORESTIS*.

Com base no contacto com as entidades participantes, na informação trocada com as Delegações Regionais e na informação publicada na imprensa nacional e regional, é possível constatar que os participantes consideraram as actividades propostas pedagógicas e efectivas e defendem a sua implementação em anos subsequentes. Reconhecem, todavia, a necessidade de haver um maior coadunação da idade dos jovens participantes, do período em decorrem as actividades e do apoio logístico às exigências inerentes a este tipo de actividades.

nunca há fumo
sem fogo!!!

Ligue **117**

A informação recolhida até ao momento dá conta de contribuições para a actualização do inventário de infra-estruturas florestais provenientes de 56 concelhos. As fichas de inventário preenchidas estão a chegar às Delegações Regionais da CNEFF e ao Centro Nacional de Informação Geográfica onde, as bases de dados são actualizadas. Uma vez processada, esta informação será cruzada com a informação existente sobre as áreas ardidas e sobre os investimentos em infra-estruturas de vigilância, detecção e combate, estando planeadas a publicação das conclusões num relatório, a elaborar até ao final de Dezembro, e a produção de cartografia de apoio aos Planos Orientadores de Prevenção.

"...como estes pinheiros altos
que em verde e oiro se agitam,
como estas aves que gritam
em bebedeiras de azul..."

António Gedeão, in "Pedra Filosofal"

ENTREVISTA

DIRECTOR REGIONAL DA DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA DA BEIRA LITORAL: DR. JOSÉ CRUZ COSTA

Forestis: Quais são os principais problemas da floresta da Beira Litoral?

Dir. Reg. DRABL: A realidade florestal da Beira Litoral insere-se nos diagnósticos globais da Floresta Portuguesa.

A fragmentação da propriedade; a desertificação humana em grandes áreas do interior; a ausência de gestão dos espaços florestais e os incêndios são os principais problemas identificados. Estes, reflectem-se noutros relacionados com a produtividade; diversidade da floresta; a disponibilidade e qualidade da madeira; a organização dos produtores; a eficiência dos circuitos comerciais e, globalmente, o nível dos rendimentos directos proporcionados pelos espaços florestais.

Estamos ainda muito longe do desejável aproveitamento deste recurso se bem que o mesmo tenha e continue a contribuir de forma relevante para o abastecimento das indústrias florestais, da região, altamente competitivas. Não podemos esquecer, que estes problemas resultam, em grande parte, por termos passado demasiado tempo, sem uma estratégia política para o sector. Hoje, temos que fazer um esforço maior para alcançar os objectivos subjacentes à Lei de Bases da Política Florestal e aos desafios, nacionais e internacionais, que são colocados à actividade florestal.

Forestis: Os instrumentos de apoio à floresta, em curso, estão a responder às necessidades da Floresta da Beira Litoral?

Dir. Reg. DRABL: Julgo que sim. Os instrumentos de apoio, no âmbito do AGRO, do AGRIS e do RURIS cobrem a totalidade das necessidades de investimento na nossa floresta. Porém, mais importante que esta afirmação, é o reconhecimento de que para a sua operacionalização é determinante um grande esforço de parceria.

O sucesso reside na capacidade profissional das organizações da produção, das empresas do sector, das autarquias e da respectiva interacção.

Caso não exista uma conjugação destas participações não será de esperar que os proprietários individualmente e por sua exclusiva iniciativa possam vir a ser capazes de aproveitar a totalidade das oportunidades de investimento actualmente à sua disposição.

Interessa referir que para além daqueles apoios a nossa região e parte da Beira Interior tem à disposição a Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior em que para cerca de 300 000 ha de floresta estão programados cerca de 8.5 milhões de contos.

A Administração reconhecendo que a floresta é na região um dos principais recursos a par do turismo e dos planos de água existentes decidiu avançar com esta acção inovadora que muito pode contribuir para o desenvolvimento regional e constituir um exemplo a aplicar a outras regiões de idênticas características.



Dr. José Cruz Costa

Forestis: Neste início do IIIº Quadro Comunitário de Apoio (QCA), que análise faz quanto à execução das diferentes medidas e acções?

Dir. Reg. DRABL: O nível de apresentação de candidaturas não é neste momento muito diferente do que seria de esperar num processo que está em fase de arranque. Contudo, queria salientar, porque é estruturante para a nossa floresta, que, neste momento, já foram apresentadas e aprovadas 11 candidaturas para apoio à instalação de organizações da produção.

Registe-se que a região da DRABL com cerca de 400 000 ha de floresta privada tinha até, à dois anos, 5 organizações da produção florestal!

Hoje, o número total de organizações formalmente constituídas já ultrapassa as duas dezenas o que deixa antever, que a curto prazo poderemos ter uma rede de organizações com meios para trabalhar e, dessa forma, cobrir o vazio organizacional da produção até aqui existente na região possibilitando a tão necessária operacionalização das apoios ao investimento junto dos associados.

Forestis: E comparativamente com o QCA anterior, o que de mais significativo se alterou e gostaria de realçar?

Dir. Reg. DRABL: Claramente o apoio à gestão florestal. Pela primeira vez temos à disposição meios para abordar a gestão florestal. Como sabe durante anos, falar de desenvolvimento florestal passava por arborizar e beneficiar áreas florestais esquecendo que é necessário gerir.

A Lei de Bases da Política Florestal, o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa, dão um grande enfoque às questões da gestão, da organização de produtores, e ao incremento de competências técnicas na floresta. Desta forma, os actuais apoios do AGRIS e a forma de majoração das taxas de ajuda à instalação e consolidação de povoamentos no AGRO, mais não fazem do que concretizar esse objectivo.

Forestis: O Reg. 2080/92, foi o programa que mais contribui para a arborização nestes últimos anos, devido à reorganização dos solos agrícolas, como analisa o facto de ter tido um impacto tão reduzido na Beira Litoral?

Dir. Reg. DRABL: Tem naturalmente um impacto reduzido. A exígua dimensão das parcelas, a ausência do proprietário, a falta de dinamizadores locais da medida, contribuíram no seu conjunto para essa realidade.

Julgo que com o contributo das novas organizações da produção poderemos ter alguma evolução positiva, mas, como é óbvio, nunca terá a adesão que se verifica nas regiões em que a dimensão média das explorações é superior.

Forestis: Que papel desempenham as organizações florestais na Beira Litoral?

Dir. Reg. DRABL: A DRABL considera as OPF como parceiros estratégicos. No entanto, como antes afirmei as organizações têm, em termos gerais, uma existência muito recente, razão porque não é ainda claramente visível o resultado da sua acção. Estão numa fase de organização e arranque, a desenvolver contactos com proprietários, a promover projectos de investimento, etc.

Estou certo, que o entusiasmo manifestado, quer por dirigentes quer pelos técnicos envolvidos, virá provar na prática aos mais incrédulos do interesse regional destas estruturas.

Forestis: Quais são os principais constrangimentos à criação de OPF's na Beira Litoral?

Dir. Reg. DRABL: A principal limitante à criação de OPF em algumas regiões do interior é sem margem de dúvida a capacidade das pessoas para desenvolver o projecto. Não basta ter o desejo, é necessário ter o engenho para o concretizar e desenvolver. Assiste-se, muitas vezes a exercícios de boa vontade, mas falta a determinação e o saber fazer. Aqui reside o principal problema – quem sabe fazer? Quem consegue passar das ideias à concretização?

É fácil reconhecer que em regiões do interior, onde a população é essencialmente constituída por idosos e onde os corpos sociais das colectividades são constituídos, normalmente, pelas mesmas pessoas é difícil encontrar quem assuma, com convicção, a direcção de uma OPF.

É, esta a principal limitante suprida em maior ou menor grau pelo envolvimento dos poucos líderes locais e pelo empenho de alguns Autarcas.

Refira-se que, nestas situações, os técnicos florestais têm um papel fundamental na dinamização dos processos. São eles que podem carrear o saber que falta e podem desempenhar, se estiverem vocacionados, a função de dinamizadores e agentes de desenvolvimento.

É determinante que os técnicos florestais envolvidos assumam o projecto das Organizações como um projecto pessoal e profissional.

Forestis: Relativamente às áreas baldias o que pensa da forma de gestão actual e como vê a criação da Cloforgest?

Dir. Reg. DRABL: A forma de gestão utilizada não teve alterações significativas nas formas de operar após a

última alteração da Lei Orgânica do MADRP. A iniciativa da criação de um grupo técnico para abordar a gestão de áreas florestais pelo Estado corresponde à necessidade de melhorar procedimentos técnicos e administrativos, modernizando e ajustando-os à realidade actual.

Forestis: Como está organizada a DRA, em termos de apoio à propriedade privada?

Dir. Reg. DRABL: A proximidade aos proprietários florestais através das Zonas Agrárias e o suporte de retaguarda da Direcção de Serviços das Florestas e da Direcção de Desenvolvimento Rural através da sua Divisão de Associativismo e Renovação do Tecido Produtivo, permite o pleno acompanhamento dos processos.

Forestis: Acha possível haver uma relação mais estreita ao nível técnico entre a DRA e as Organizações Florestais, que permitam uma melhor resposta ao proprietário?

Dir. Reg. DRABL: A administração tem de ser facilitadora e, como antes disse, assumir as OPF como parceiros estratégicos para o objectivo principal que é o do Desenvolvimento Florestal.

Não deve por essa razão ser paternalista mas deve encetar com as organizações, para além das obrigatórias funções de validação do desempenho, uma relação de proximidade que permita o diálogo técnico e o acompanhamento dos trabalhos das OPF.

Forestis: As DRA's são responsáveis pela elaboração dos Planos de Ordenamento Florestal. para quando os PROF's da área de competência da DRABL?

Dir. Reg. DRABL: A DRABL, tal qual as restantes direcções regionais, e de acordo com o superiormente determinado, prevê concluir esse trabalho nos prazos previstos.

Forestis: O Fundo Financeiro Florestal Nacional é tido como fundamental para resolver os problemas estruturais da floresta portuguesa muito dependente, actualmente, dos fundos comunitários. Na sua opinião, como pode ser perspectivado esse fundo?

Dir. Reg. DRABL: A abordagem feita pelo PDSFP sobre o assunto equaciona-o de forma correcta.

A floresta que é produtora, de externalidades ambientais positivas para a sociedade é por esse facto merecedora de uma «contrapartida».

Forestis: Quais são as prioridades da DRA em termos de Floresta para os próximos anos?

Dir. Reg. DRABL: As prioridades da DRABL para os próximos dois anos em termos florestais centram-se fundamentalmente, na elaboração dos PROF, no incentivo e promoção do investimento na área florestal privada; promover e acompanhar o funcionamento das Associações de Produtores Florestais e Cooperativas, na melhoria do nível de intervenção e investimento nas áreas baldias reforçando a ligação com os seus órgãos representativos e potenciando colateralmente acções no âmbito do desenvolvimento rural.

De uma forma geral objectivamos que os apoios ao investimento florestal na região possam ser plenamente utilizados e norteados por critérios de qualidade.

VIDA DA *Forestis*

Audiência com o Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural

No dia 18 de Julho passado, o Presidente da Direcção da *Forestis*, Prof. Dr. Francisco Carvalho Guerra acompanhado do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Joaquim Brandão, do Dr. António Loureiro, membro do Conselho Fiscal, e do Prof. Dr. Américo Mendes, foram recebidos em audiência pelo Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Eng.º Vítor Barros.

Tratou-se do primeiro encontro entre os novos órgãos sociais da *Forestis* e este responsável governamental. Foi, por isso, uma oportunidade para o Sr. Presidente da Direcção dar conta dos projectos da nova equipa dirigente. Esses projectos vão no sentido da *Forestis* perseguir e aprofundar o seu trabalho de promoção e apoio ao associativismo florestal, numa postura construtiva e vigilante relativamente às políticas públicas com incidência no sector, na defesa dos interesses de quem representa. Nesse sentido, foi apresentado ao Sr. Secretário de Estado um conjunto de propostas concretas no sentido de corrigir ou melhorar alguns instrumentos de política florestal, nomeadamente ao nível das medidas do 3.º Quadro Comunitário de Apoio e das que se relacionam com as brigadas de sapadores florestais.

Relativamente a estas últimas, a delegação da *Forestis* referiu a importância de manter e expandir este tipo de serviços, impondo-se para tal a construção de um sistema de apoios públicos de natureza financeira que seja sustentável e previsível, isto sem prejuízo do apelo às organizações de produtores para irem aumentando ao longo do tempo a sua quota de autofinanciamento neste tipo de projecto, nomeadamente com recurso ao aumento da prestação de serviços remunerados.

A delegação da *Forestis* também insistiu na necessidade de se avançar no sentido da concretização do artigo 18.º da Lei de Bases da Política Florestal sobre o Fundo Financeiro permanente. Foi recordado que, desde há vários anos, existem propostas concretas produzidas no

âmbito do movimento *Forestis* sobre a forma de concretizar esse fundo (ver, por exemplo, o artigo de Américo Mendes publicado no Boletim *Forestis* de Março de 1997 e os trabalhos e discussões produzidas nos seminários organizados pela *Forestis* sobre este assunto). A boa notícia e o principal resultado desta audiência foram as informações dadas pelo Sr. Secretário de Estado de que há interesse e disponibilidade do Presidente da Comissão para a Reforma Fiscal para trabalhar este assunto com o Ministério da Agricultura e que, por parte do Ministério, também serão bem vindos contributos para finalmente se especificar uma proposta legal que concretize o dito fundo. A delegação da *Forestis* congratulou-se com esta notícia e reafirmou a disponibilidade que desde sempre existiu do lado da nossa organização para ajudar à concretização desta importante medida de política florestal.

Audiência com o Secretário de Estado da Administração Interna

Num clima de grande abertura e diálogo, a *Forestis*, na pessoa do Presidente da Direcção, teve a oportunidade de apresentar ao Sr. Secretário da Administração Interna a acção desenvolvida recentemente pelo Movimento no âmbito da prevenção de incêndios florestais.

Neste encontro, referiu-se a necessidade de uma colaboração, ainda mais estreita, entre esta Secretaria de Estado e a *Forestis* para que alguns problemas relacionados com as equipas de sapadores florestais sejam muito rapidamente ultrapassados. Designadamente, no que respeita ao pagamento atempado aos membros das equipas de sapadores, equipamento das viaturas todo terreno e à possibilidade, adiantada pela *Forestis*, de nestas viaturas poder ser utilizado gasóleo verde.

Para uma maior eficácia da acção desenvolvida, foi também realçada a importância do papel das autarquias no apoio às equipas coordenadas pelas organizações florestais, numa perspectiva

de unir esforços. Por fim, lançaram-se as linhas orientadoras de futuras colaborações, congratulando-se as duas instituições pelo protocolo recentemente assinado entre a CNEFF e a *Forestis* para o levantamento das infra-estruturas contra incêndios.

A *Forestis* participa nas reuniões organizadas pela Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (AIBTPI)

A *Forestis* foi convidada pelo Eng^o Armando de Carvalho, coordenador da Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior, para participar em duas reuniões, nos dias 26 e 27 de Junho, em Sertã e em Lousã, respectivamente. Estas reuniões tinham como objectivo fazer o ponto de situação do movimento associativo florestal do Pinhal Interior e do Pinhal Interior Norte e recolher das organizações já criadas ou em vias de criação, as dificuldades sentidas na implementação das mesmas e as preocupações quanto ao seu futuro.

Após o coordenador da acção ter proferido uma breve apresentação da dinâmica da AIBT Pinhal Interior e das suas grandes linhas estratégicas, os presentes, representantes de diversas organizações florestais da região, tiveram a oportunidade de conhecer o Plano de Acção elaborado pela Associação Florestal de Goís, associada da *Forestis*, e trocar impressões sobre a realidade associativa regional. O IDARC (Instituto de Desenvolvimento Agrário da Região Centro), organismo bem conhecedor da problemática agrícola da Região Centro e as Direcções Regionais de Agricultura também deram o seu contributo para a reflexão conjunta.

A *Forestis* registou as preocupações emitidas pela assistência, e apresentou as linhas mestras da sua actuação, convidando o Governo a apressar a regulamentação da Lei de Bases (nomeadamente o Fundo Financeiro Florestal) e a aprovação das diversas candidaturas (de financiamento às organizações e ao investimento florestal), mostrando a sua total abertura para uma colaboração mais estreita com a AIBT Pinhal Interior, para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Florestal dessa região no âmbito florestal.

Finalmente, a *Forestis* uniu-se no louvor expresso por todos os presentes dirigido ao Sr.

Eng^o Armando de Carvalho pelo seu conhecimento do terreno, pelo trabalho e determinação em gerar uma dinâmica participada e articulada entre todos os agentes do sector.

Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) de Trás-os-Montes

Em 20 de Junho, nas instalações da Direcção Regional de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Vila Real, a *Forestis* reuniu com o Director Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, Eng^o António Graça, o Coordenador da Acção Integrada da Base Territorial do Douro (On-Douro), Eng^o Manuel Moras, e com alguns técnicos destas entidades, com o intuito de analisar os constrangimentos à elaboração dos PROF's em Trás-os-Montes e Alto Douro e contribuir para encontrar as soluções respectivas.

Dentro das suas possibilidades, a *Forestis* demonstrou total disponibilidade em colaborar, através dos estudos a realizar na área das filiais de Trás-os-Montes e Alto Douro (via projecto On-Douro) na divulgação de alguma informação que possa interessar aos PROF's.

Foi, no entanto, apontado como extremamente urgente, a elaboração e apresentação de uma candidatura pela DRATAM ao Programa Operacional da Região Norte, medida 1.4 para financiamento dos estudos inerentes à elaboração dos PROF's e o estabelecimento o mais breve possível das parcerias necessárias para assegurar a realização dos mesmos, indicando a UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro) como um parceiro incontornável.

Assinatura de protocolo entre a CNEFF e a *FORESTIS*

Em acto público, no auditório da sede da *Forestis*, e na presença dos representantes das Organizações Florestais Sub-regionais, foi assinado em 7 de Agosto, um protocolo de cooperação entre a CNEFF, a *Forestis* e as suas filiais. No âmbito da campanha de Ocupação de Tempos Livres (OTL), este protocolo, que decorre até 31 de Outubro, tem como objectivo o levantamento

do estado actual das infra-estruturas contra incêndios na área social coberta pela *Forestis*. A CNEFF disponibiliza os meios materiais para a realização do levantamento: aparelhos de GPS, cartografia necessária e cadernos a ser preenchidos com dados relativos às infra-estruturas. A *Forestis* compromete-se a ministrar formação aos jovens que realizam os levantamentos, a fazer o acompanhamento global do protocolo centralizando a informação e elaborando relatórios de execução. As Organizações Florestais Sub-regionais executam os levantamentos no terreno.

Este protocolo demonstra, mais uma vez, a capacidade de mobilização que o Movimento *Forestis* tem quando os objectivos e os meios são compatíveis com o trabalho desenvolvido pelas organizações florestais filiadas.

Assinatura do contrato entre a *FORESTIS* e o On-Douro

Na sequência da apresentação de uma candidatura, foi assinado, em 2 de Agosto, um contrato entre a *Forestis* e o programa On-Douro que permite iniciar um vasto trabalho de promoção e valorização da floresta do Vale do Douro, a partir de Vila Real. Este projecto terá a participação activa das Organizações Florestais do Vale do Douro, filiadas na *Forestis*, que prestarão a sua colaboração em várias actividades, destacando-se a realização de estudos/diagnósticos com incidência nas suas áreas sociais, o que lhes permitirá elaborar planos de intervenção prioritários, instrumentos essenciais, para uma estratégia de desenvolvimento sustentável da floresta dessa região.

Protocolo de colaboração com a ANEFA

A *Forestis* celebrou um protocolo de colaboração com a ANEFA- Associação Nacional de Empresas da Floresta e do Ambiente.

Após intensas trocas de impressões e alguma negociação chegou-se a um documento de compromisso que pretende ser um balão de ensaio para o aprofundamento das relações entre os associados de ambas as organizações. Trata-se de uma iniciativa inédita, numa área difícil e sensível como é a de empreitadas florestais e prestação de serviços.

Resumidamente, este protocolo estabelece a oferta de carteiras de projectos aos prestadores de serviços e em contrapartida estes retribuirão as filiadas da *Forestis* pela organização desse trabalho.

Este acordo pretende ser um primeiro passo para resolver o problema dos proprietários que não conseguem ver os seus projectos executados por recusa dos empreiteiros devido à sua pequena dimensão, e permitir maior viabilidade e estabilidade às empresas que operam em zonas de minifúndio, pelo facto de lhes serem garantidas maiores áreas de intervenção.

O sucesso deste protocolo é bastante incerto mas o resultado será sempre uma peça importante para um maior conhecimento do comportamento dos agentes envolvidos e servirá para *Forestis* e ANEFA reequacionarem ou adaptarem as formas de colaboração.

Todos os proprietários interessados têm à sua disposição o Protocolo para consulta na *Forestis* ou na sua Organização Florestal.

PUB.



DGF
Direcção-Geral
das Florestas

Projectos de investigação e demonstração Agro-medida 8.1

Nos próximos três anos, a *Forestis* vai estar envolvida, como parceira, em 2 projectos de investigação e demonstração financiados ao abrigo da medida 8.1 do AGRO.

Um dos projectos, liderado pela Escola Superior de Bragança (ESAB), versa sobre a condução de povoamentos de castanheiro e o outro prende-se com temática das doenças do castanheiro e será coordenado pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Abaixo deixamos uma descrição mais pormenorizada dos projectos acrescentando que é com grande satisfação que fazemos parte destas equipas de projecto.

Título: Gestão Sustentada de espaços com Castanheiro em Regime de Alto Fuste e Talhadia

Chefe de Projecto Prof. Dr.ª Maria de Loreto Monteiro (ESAB)

Parceiros: DRATM
IDARN
FORESTIS

Título: A nutrição do Castanheiro e a resistência às doenças

Chefe de Projecto Prof. Dr.ª Ester Portela (UTAD)

Parceiros: ESAB
DRATM
FORESTIS

Reunião CELPA

O presidente, da Direcção da *Forestis*, Prof. Dr. Carvalho Guerra juntamente com o Prof. Dr. Américo Mendes e Dr. António Loureiro, membro do Conselho fiscal, reuniram-se com o Sr. Eng. Luís Leal, Director Geral da Celpa, em 18 Julho último.

Com o intuito de dar a conhecer os novos órgãos sociais da *Forestis* e abordar as questões que mais preocupam esta federação a reunião decorreu num ambiente de entendimento mútuo e perfeita concordância.

A *Forestis* sublinhou, entre outras, a necessidade de contrariar a estagnação dos preços da "rolaria" à porta da fábrica (que se prolonga há 6 anos), a importância da efectivação de protocolos de colaboração (na certificação florestal, na cedência de cartografia, avaliação de povoamentos, etc.) o intercâmbio de acções de informação e formação, as vantagens do incentivo ao associativismo florestal.

Neste âmbito, abordou-se a urgência da abertura do fundo de associativismo da Celpa às demais Federações do sector. Este fundo, constituído e atribuído pela Celpa única e exclusivamente à CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal) tem sido objecto de algumas reflexões e algumas críticas, entendendo a *Forestis* que este fundo deve ser distribuído por todas as Federações que desempenham serviços em prol da floresta.

Este encontro foi, acima de tudo, um auxílio precioso no desenvolvimento de novas ideias e projectos, que pela sua importância e projecção, se espera tomem corpo num futuro próximo.

Reunião com Gestor do Ruris

A *Forestis* encontrou-se, no dia 19 de Setembro, com o gestor do Ruris Eng. Rui Barreiro.

Durante esta reunião o, Presidente da Direcção, Prof. Dr. Carvalho Guerra e o Eng. João Gama Amaral, Director, tiveram oportunidade de elencar um conjunto de constrangimentos ao avanço dos programas do Ruris respeitantes à actividade florestal. O Gestor adiantou que alguns desses problemas estavam identificados e em via de resolução como, por exemplo, o caso dos pareceres da Reserva Agrícola Nacional. Outros aspectos apontados pela *Forestis*, nomeadamente os que se ligam com a burocracia ficaram registados para se encontrar soluções.

A *Forestis* fez também questão em salientar o estado de desmotivação em que os proprietários se encontram devido aos sucessivos atrasos e a todos os problemas burocráticos, relacionados com o programa, e acrescentou que o nível de execução dos programas pode ser afectado mas que se isso vier acontecer a Produção ilibar-se-á de qualquer tipo de responsabilidade que lhe venha a ser atribuída.

VIDA DAS ASSOCIAÇÕES

Porquê uma associação florestal no concelho de Góis?

Criar uma consciência colectiva florestal em Portugal e em particular no concelho de Góis passa forçosamente por uma formação dos Homens que possuem o maciço florestal assim como pela multiplicação de relações entre eles.

A diminuição drástica da população rural activa, bem patente no interior do país, e a alteração do relacionamento humano com os espaços florestais e agrícolas, fruto do desenvolvimento industrial e da baixa rentabilidade da agricultura, constituem um grande desafio que se deve combater...

Num panorama de desenvolvimento das potencialidades tecnológicas, industriais e dos serviços, urge apoiar, dinamizar e maximizar as capacidades e a produtividade do sector primário, em geral, e da fileira florestal, em particular.

Assim, com o gradual abandono dos trabalhos agrícolas, o complemento com a actividade florestal, devidamente apoiada e com incentivos que à partida, despertem a atenção do proprietário, surge como uma forma de fixar as populações às áreas rurais e estimular o desenvolvimento económico e social desta região carenciada do interior do País.

A característica minifundiária dos nossos espaços florestais, maioritariamente privados, obriga na ausência de uma gestão eficaz por parte dos proprietários à criação de uma entidade que promova a inversão desta situação.

Com o intuito primeiro de defender a floresta, como um todo, é na defesa dos produtores florestais, no apoio às práticas silvícolas, na elaboração e acompanhamento de projectos florestais, nos estudos de ordenamento florestal e nos cursos de formação nas áreas mais carentes do processo produtivo, que esta Associação pretende desenvolver a sua actividade.

Assim, o associativismo florestal tem como objectivo o fortalecimento deste sector em dois pontos fundamentais: um de carácter político junto do Governo e outro de carácter económico juntos dos seus parceiros da fileira. Este associativismo deve existir em prol da comunidade que representa, preenchendo uma lacuna que tem sido a principal causa da degradação da floresta a que temos vindo a assistir.

Assim, é por estas razões e por muitas outras, apontadas, no decorrer deste artigo, que esta Associação virá preencher um vácuo na gestão das propriedades florestais do concelho de Góis.

Constituída em 5 de Fevereiro do ano 2001 a Associação Florestal de Góis é uma Associação sem fins lucrativos, representada pelos seguintes Órgãos Sociais:

Direcção

Presidente: Eng.º Sérgio Correia;

Vice-Presidente: Dr.ª Maria de Lurdes Oliveira Castanheira;

Tesoureiro: Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira – Dr. Mário Garcia;

1ª Vogal: Junta de Freguesia do Colmeal – Hermenegildo João da Silva;

2ª Vogal: Junta de Freguesia do Cadafaz – Prof. Daniel Neves Martins;

Assembleia Geral

Presidente: Câmara Municipal de Góis – José Girão Vitorino;

1º Secretário: Junta de Freguesia de Alvares – Manuel Garcia Antão;

2º Secretário: André Neves Claro.

Conselho Fiscal

Presidente: ADIBER – Prof. José Albuquerque Moreira Ângelo;

1º Secretário: Junta de Freguesia de Góis – Alberto Jorge Alves dos Reis;

2º Secretário: Augusto de Matos Filipe

Para além dos proprietários, toda a comunidade tem de estar envolvida neste processo. A floresta é um bem nacional: a fauna, a flora e a sua diversidade, a paisagem e o turismo, o ar e a água, a conversação do solo são problemas que a todos interessa, proprietários ou não.

O seu nascimento e recente crescimento é prova evidente que a conjugação de boas vontades é o melhor arranque para o desenvolvimento do associativismo florestal. Este não assenta na existência de sócios que, independentemente uns dos outros, se servem dos serviços que a sua Associação lhes fornece, mas dum diálogo permanente e por isso alongado e profundo.

A Direcção da AFC_{Góis}

ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO CONCELHO DE GÓIS (AFC_{Góis})

Fórum «A Prevenção de incêndios – Uma consciência colectiva»

Um dos pontos altos que esta Associação viveu desde a sua fundação (5 de Fevereiro de 2001), foi sem dúvida a organização do Fórum «A Prevenção de incêndios – Uma consciência colectiva» que decorreu no passado dia 9 de Agosto, no Auditório da Cenforval em Góis.

A presença de várias individualidades do sector florestal e de alguns especialistas do assunto em debate, como a Eng. Marisa (CELLOR), Prof. Francisco Rego (CNEFF), Eng. Manuela Pedroso (DGF), Eng. Amândio Torres (DRABL), Eng. Manuel da Costa (AZA PBS), Sr. António Loureiro (FORESTIS), Prof. Afonso Mira (AIBT), o Presidente da Câmara Municipal de Góis – José Vitorino, e o Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural – Eng. Vítor Barros, realçam a importância da temática deste fórum.

Assistiu-se a momentos bastantes interessantes, havendo grande participação do público presente, proporcionada pelo leque variado de pessoas que assistiram (entre Técnicos florestais, Proprietários, Empreiteiros, etc.); Assim, esta visão florestal multifacetada permitiu entender que a questão da prevenção, protecção e valorização da floresta é uma responsabilidade de todos, sobretudo porque estamos num concelho predominantemente florestal, onde um número significativo de pessoas ainda se dedica a actividades florestais, daí retirando o seu rendimento económico.

A floresta é um recurso endógeno, rica em potencialidades, com especificidades próprias capazes de garantir actividades económicas rentáveis e também capaz de fazer emergir novas profissões. Exemplo disso são os Sapadores Florestais, cuja a função é a prevenção de incêndios florestais através de acções de silvicultura preventiva (roça de matos, limpeza de povoamentos, manutenção e melhoria da rede divisional e caminhos florestais).

Contudo, como referiu o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Góis, é fundamental que, tenhamos consciência da necessidade de um ordenamento florestal, da preservação e prevenção da floresta, dir-se-ia mesmo uma «Cidadania Florestal», onde todos entendemos as árvores como qualquer ser vivo, que precisa de ser estimado.

É urgente promover uma gestão florestal viável, ecologicamente adaptada que conduza a uma gestão florestal sustentada. O associativismo é uma «ferramenta» fundamental na defesa e valorização do património florestal...

Rui Giestas
Ricardo Fernandes
AFC_{Góis}

Forestis

PUB.



FOREXPO

2002

FEIRA
EUROPEIA
DE SILVICULTURA
E EXPLORAÇÃO
FLORESTAL

5-6-7-Junho
BORDÉUS
Technopole
Gironde
França

A vinte minutos de Bordeaux, da sua estação de TGV e do seu aeroporto, a **FOREXPO 2002** situa-se no coração do mercado florestal da Europa do Sul. 350 expositores – 500 marcas internacionais, mostram no espaço de 70 ha da exposição as últimas inovações técnicas em matéria de silvicultura e exploração florestal a mais de 30 000 visitantes.

A **FOREXPO** vai de encontro a quem quer expor, informar-se e negociar numa atmosfera em que tudo está previsto para conciliar eficácia com um ambiente agradável.

Analem as datas e até breve!

FOREXPO GIE 6, Parvis des Chartrons
33075 Bordeaux Cedex France
Tél. : +33 5 57 85 40 18
Fax : +33 5 56 81 78 98
E-mail : info@forexpo.fr
<http://www.forexpo.fr>



ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO VALE DO DOURO NORTE

1ª FEIRA DAS FLORESTAS

Decorreu de 6 a 9 de Setembro, a 1ª Feira das Florestas, em Murça, com a organização desta Associação, tendo ainda como parceiros no conselho executivo a Câmara Municipal de Murça, a Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, a UTAD e a FORESTIS.

Consideramos esta Feira pioneira, quer pela sua temática quer pelo local de realização, uma vez que teve lugar num espaço florestal com características únicas, onde foi possível ver inúmeros e diversos equipamentos florestais, não só expostos como também a sua utilização e funcionamento através das demonstrações efectuadas durante a Feira.



João Teixeira

Alguns dias, após a sua realização, é tempo agora de fazermos o balanço final. Participaram no evento 41 expositores, tendo a visita de 5.152 profissionais ligados à fileira florestal, destacando-se para além de portugueses, delegações de Espanha, Alemanha e Dinamarca. A participação e visita de Associações e Organizações Florestais de todo o país, foi considerada positiva, tendo-se registado a presença de 44 entidades, assim como a visita de 4.634 cidadão anónimos, vindos de todo o território nacional e ilhas.

Durante a 1ª Feira das Florestas foram levadas a cabo inúmeras actividades ligadas ao sector florestal, destacando-se os colóquios com os temas «Prevenção, Vigilância e Combate de Incêndios Florestais» e «Técnicas de Controle de Matos». Estes painéis tiveram como oradores personalidades conceituadas e especializadas nas matérias debatidas e foram activamente participados, por parte de proprietários florestais, Associações, e demais Organizações florestais.



João Teixeira

Realizaram-se também concursos relacionados com a segurança e o manuseamento de motosserras, com o apoio da Stihl e a colaboração do Campeão Mundial de Motosserras, que pela primeira vez esteve em Portugal. Estes concursos foram extremamente participados pelos proprietários florestais e público em geral. Desenvolveram-se, igualmente, actividades direccionadas para públicos mais jovens, nomeadamente concursos de desenho, sobre «A Melhor Árvore» e «A Floresta».

Considerámos o saldo da 1ª Feira das Florestas muito positivo, tendo em consideração os objectivos esperados com esta iniciativa.

A Direcção



João Teixeira

AS ÚLTIMAS DA URZE

Deixamos aqui um breve resumo do que tem sido a actividade da Urze.

Sapadores e Fogos Florestais

Como, certamente, todas as outras Associações ficamos mais uma vez alarmados com os **fogos florestais**. Apesar do bom trabalho dos nossos sapadores, apesar das orientações aos sócios que vimos veiculando, vai demorar a sentir-se a nossa eficácia, tão grande é o desleixo onde as nossas microacções se inserem.

Feiras

Em Agosto, participámos com um pavilhão na **1ª Feira do Mundo Rural**, em Gouveia. Foi mais uma operação de contacto directo e divulgação. Talvez por já termos mais sócios, sentimos ainda mais acolhimento do que na iniciativa paralela do ano passado. O painel que a *Forestis* nos sugeriu, com o mapa do território e alfinetes para os visitantes marcarem a sua mata, deu bom resultado.

Projectos Florestais

Agora andamos às voltas com as nossas **primeiras candidaturas a projectos de florestação**. Como receávamos, com dificuldades de acesso ao GPS da *Forestis*, o que nos está a obrigar a puxar pela imaginação. De qualquer forma, é uma etapa histórica da vida da nossa Associação, a próxima será quando se plantar a primeira árvore.

Protocolo com a CNEFF

A URZE foi uma das Associações que integrou, em colaboração com os OTLs do IPJ e a CNEFF, a **campanha Prevenção na Floresta**, que visou a identificação dos pontos de água, casas de guarda e postos de vigia, existentes no concelho de Gouveia. Valeu a pena. Tivemos o cuidado de escolher, para cada equipa de 4 jovens, um mais velho, com carta de condução. Fomos inflexíveis em dar autonomia e responsabilidade aos jovens, mas além duma formação inicial ministrada em sala pelos engenheiros das Associações Florestais da zona contaram sempre com o apoio de uma colaboradora da URZE. Assim, questões de garantia da veracidade dos resultados, não se puseram.

Havia a inventariação de 57 das estruturas referidas, com alguns erros. Foram feitas fichas e registadas por GPS, 54 dessas estruturas e, segundo os mesmos critérios, previamente estipulados, mais 145, quase todas através de processos imaginados e promovidos pelos próprios jovens. No final, eram eles a afirmar que tinham aprendido muito, ter gostado muito e estarem disponíveis para outras iniciativas que a URZE organizasse. Além da utilidade da intervenção pedagógica junto de proprietários e população e de se ter produzido uma documentação fidedigna, o gosto pela floresta e a motivação para a prevenção puderam ser fomentados.

Dr. Luís Osório
URZE

«PREVENÇÃO FLORESTAL EM TERRAS BASTIANAS»

Tendo por base a Campanha «Prevenção na Floresta», protagonizada, entre outros, pela CNEFF, a Associação Florestal de Basto levou a cabo uma importante iniciativa de sensibilização da população para a protecção da floresta.

Sendo os principais objectivos da campanha: sensibilizar a população para a protecção da floresta, promover actividades de jovens na flo-

resta, inventariar a rede de infra-estruturas de prevenção florestal e divulgar o 117 como número de alerta de incêndio florestal.

Juntando o útil ao agradável, a AFB aproveitou um grupo de sete jovens que se encontravam ao abrigo do programa OTL (Ocupação de Tempos Livres) e, durante o mês de Agosto desenvolveu e pôs em prática os principais objectivos da campanha.

Artur Mota



À medida que os jovens caminhavam pelos diversos locais da floresta à procura de infra-estruturas florestais (pontos de água, casas florestais e postos de vigia) para inventariarem, iam distribuindo desdobráveis alusivos à campanha, bem como conversando com as pessoas, explicando-lhes os objectivos do trabalho e, acima de tudo, alertando-as para os principais cuidados a ter na prevenção dos incêndios florestais.

Convém, aqui referir que aqueles jovens que desenvolveram o trabalho, o fizeram de uma forma muito empenhada, demonstrando a sua sensibilidade para a causa e acima de tudo com muita hombridade e profissionalismo. Realce-se o facto de quase todos eles serem

estudantes universitários, sendo mesmo alguns já licenciados.

Independentemente da amplitude dos resultados é incontornável que esta iniciativa foi mais um passo na defesa da nossa floresta. Esperamos que o levantamento das infra-estruturas nos traga outros benefícios num futuro próximo.

Artur Mota
Associação Florestal de Basto

I JORNADAS FLORESTAIS DO BAIXO VOUGA: VALE A PENA INVESTIR NA FLORESTA?

Com o intuito de trazer à discussão alguns assuntos de extremo interesse para o futuro do sector, a **Associação Florestal do Baixo Vouga** realizou, a **13 de Julho** último, no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, as suas I Jornadas Florestais sob o tema «**Vale a pena investir na Floresta?**». Esta é uma questão muito complexa que pensamos deveria ser colocada no cerne das discussões relacionadas com o estado da floresta portuguesa. É pertinente reunir vários agentes da fileira – produção, exploração, indústrias e ambiente – para discutir temas comuns como: a rentabilidade da floresta, os custos de produção florestal, capacidade de fornecimento das indústrias a jusante, as oportunidades de investimento, etc.

Actualmente, a importância atribuída à Floresta é perfeitamente consensual, a vários níveis, e as oportunidades para o sector florestal parecem ser animadoras:

- prevê-se que continue a aumentar a médio-longo prazo, ao nível mundial, a procura dos vários produtos de origem florestal;
- ao nível nacional, as recentes transformações económicas e sociais das zonas rurais provocam o abandono da actividade agrícola, e o crescimento da actividade florestal;
- o sector florestal vai ganhando uma importância crescente na política agrícola nacional e europeia.

No entanto, o cenário real, especialmente do nosso minifúndio, evidencia uma floresta desordenada, frequentemente sem as operações mínimas de gestão, e com deficientes condições de prevenção e defesa. Uma das consequências mais gravosas desta situação é a acumulação de material combustível nas matas aumentando o risco de destruição pelo fogo.

Assim, face ao longo período de retorno dos investimentos florestais, ao aumento constante de todos os factores de produção e ao elevado risco de incêndio, este evento procurou respostas para uma questão principal... como motivar os produtores florestais a investir?

O saldo final foi extremamente positivo, contribuindo para isso a presença de uma numerosa e magnífica assistência, as valiosas intervenções por parte dos oradores e a presença do Sr. Director Geral das Florestas e de S. Ex.a o Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural. De entre as várias discussões desenvolvidas ao longo do dia, ressaltam-se as seguintes conclusões:

CONCLUSÕES

- É perfeitamente consensual a importância atribuída à Floresta nomeadamente nas suas valências ambientais, sociais e económicas.
- Face às actuais condições das explorações florestais (minifundiárias, pulverizadas, desorganizadas, ausência de cadastro, ausência de registos de propriedade, tutela por diversos Ministérios), não é economicamente atractivo o investimento florestal. Já não considerando sequer a compra da terra para florestação. Este cenário agrava-se se atentarmos ao elevado risco da actividade devido aos fogos florestais.

No entanto, pelo conhecimento adquirido através da investigação efectuada existem efectivamente potencialidades de acréscimos de produtividade e rentabilidade da produção florestal nacional.

Especificamente no sector do eucalipto, a Indústria prevê que será difícil aumentar a rentabilidade dos produtores através do aumento dos preços da madeira. Estando a indústria da celulose sujeita à globalização, Portugal tem custos elevados da madeira em pé, o que torna preocupante a situação.

A produção exige uma maior e mais justa remuneração dos preços da madeira, reivindicando que os seus preços devem ser indexados aos preços da pasta e do papel. Adicionalmente, e face à concentração da Indústria da Celulose a que se tem assistido, sente que será, cada vez mais difícil ter capacidade de intervenção no estabelecimento de preços.

A indústria de mobiliário, possuidora de um elevado peso na economia nacional, é deficitária em madeiras nobres, mas não tem sabido, politicamente, reivindicar medidas específicas para a produção nacional destas espécies. Existe aqui uma forte oportunidade de investimento na produção de madeiras de qualidade para este tipo de utilização.

O diagnóstico da situação florestal está devidamente estudado, particularmente de acordo com a Lei de Bases da Política Florestal e com o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa. A aplicação dos PROF e PGF constitui uma esperança na operacionalidade daqueles instrumentos legais, rumo à sustentabilidade da Floresta.

É necessária acção:

– Restruturação fundiária:

Realizar o cadastro de toda a área florestal de Portugal

Promover formas de gestão agrupada (ou emparcelamento)

- Apoiar os investimentos à realidade do minifúndio, céleres e desburocratizados.
- Criar uma Lei-Quadro do associativismo florestal.
- Admitir o preponderante papel ambiental dos espaços florestais e compensar os proprietários das áreas afectas à floresta de protecção; dado o interesse estratégico da floresta para a economia do País e os benefícios para a sociedade, deve ser o Estado a fazê-lo, até porque irá poupar no combate aos fogos florestais.
- Criar regras e incentivos fiscais específicos para o sector florestal: Urgente corrigir o lapso que é a nova Reforma Fiscal, no que diz respeito à produção florestal.
- Criar redes de comunicação internas (articulação) nos diversos órgãos da Tutela.
- Racionalização de estruturas de gestão e apoio ao sector florestal públicas e privadas.
- Criação de um fundo financeiro florestal ao abrigo do mecenato ambiental.
- Compilação e reformulação da vasta e avulsa legislação existente.
- Necessidade urgente de criação de seguros florestais compatíveis com a realidade.
- Reforço do serviço de extensão e fomento do associativismo.
- Acautelar uma parte do capital da indústria à produção.



O equipamento ganhador

Na hora de escolher um bom equipamento para o cuidado e manutenção de matas e zonas verdes, a STIHL ganha, com diferença por garantia e respeito com o meio ambiente.

Moto-serras potentes e de fácil utilização para cortar árvores, podar e enxertar. Desde as mais fáceis electro-serras da Série E, até às potentes STIHL 066 e 088. E a STIHL 036 QS com o seu exclusivo travão de corrente. A mais ampla gama de roçadeiras STIHL para cortar e acabar com o mato em pequenas e grandes superfícies.

Escolha os versáteis corta-sebes STIHL para um corte rápido e impecável para todos os tipos de sebes.

As escavadoras-perfuradoras STIHL são máquinas idóneas para o cultivo e a jardinagem, o reflorestamento e a colocação de postes de qualquer tipo.

Para a conservação e limpeza, as máquinas de lavar de alta pressão STIHL de água fria arrancam a sujidade onde ela esteja... Um perfeito equipamento.

À hora de escolher bem, não se precipite. Com STIHL sairá ganhando.

Consulte o seu Distribuidor mais próximo... Haverá sempre alguém da STIHL perto de Si.

Assessoramento e vendas através dos estabelecimentos de venda da STIHL APARELHOS A MOTOR S.A. em Portugal Continental e Insular. Para mais informações dirija-se a: STIHL APARELHOS A MOTOR S.A. Beloura Office Park. R. do Centro Empresarial Edifício 7 - Piso 0 - Loja 2 - Albarraque 2710 - Sintra - Portugal Tel. (351) 21 910 82 00 Fax. (351) 21 924 22 18

STIHL®

Preparação do terreno

O QUE É:

Entende-se por preparação de terreno o conjunto de operações prévias à sementeira ou plantação de um povoamento florestal.

PORQUE SE FAZ

O objectivo destes trabalhos é a criação de condições para que as sementes/plantas disponham de condições favoráveis (de estrutura, arejamento, fertilidade do solo, disponibilidade em água e minerais...) ao seu desenvolvimento, nomeadamente em relação à vegetação concorrente (ervas daninhas, matos, arbustos...), acelerar e aumentar a produção lenhosa.

QUANDO SE FAZ

Preferencialmente, a preparação do terreno deve ser feita umas semanas antes da plantação para meteorizar um pouco os diversos componentes do solo.

Não se deve proceder a esta operação com solo encharcado, se o teor de argila for muito elevado planeie a execução da mobilização do solo para um período seco (Julho-Setembro) de modo a evitar compactação do solo que por acção das chuvas tende a formar barros impermeáveis.

COMO SE FAZ

ATENÇÃO: antes de iniciar qualquer trabalho; Se tiver conhecimento da existência de construções, vestígios arqueológicos, espécies protegidas deverá informar o técnico responsável pelo projecto, ou o técnico florestal do Ministério da Agricultura para que o esclareçam da maneira correcta de agir.

As operações a efectuar dependem obviamente da situação inicial em que o terreno se encontra em termos de:

Ocupação: Agrícola, Inculto, Florestal (presença ou não de cepos com rebentação ex: eucalipto, castanheiro)

Declive: muito inclinado, pouco inclinado

Tipo de solo: profundidade, com ou sem pedregosidade argiloso; arenoso, franco (compacto, mais solto).

Presença ou não de lençol freático...

Clima: zona de forte precipitação, zona seca

ATENÇÃO: não deve realizar qualquer intervenção que implique mobilização do solo (excepto abertura de covas) numa faixa de 10 metros das margens de linhas de água e albufeiras, para evitar erosão e alterações indesejadas de caudal.

Dependendo da situação podem executar-se todas ou parte das operações que se seguem:

✓ DESMATAÇÃO

Consiste em destruir a vegetação da área de plantação, e pode ser feita conforme as circunstâncias de uma forma total ou localizada (por exemplo, na faixa de plantação). Há vantagens e desvantagens em ambas as situações.

Esta operação pode ser feita manualmente com motorçoadoras, mas sempre que haja condições deve ser efectuada mecanicamente com recurso a cortamatos (de correntes, ou facas) que trituram e pulverizam a vegetação (fertilizante natural) e que se acoplam a tractor borracheiro ou de lagartas. Podem também utilizar-se grades de disco em tractores de lagartas, esta situação pressupõe já alguma mobilização do solo.

✓ ARRANQUE DE CEPÓS

No caso de espécies exploradas em talhadia, é necessário que se proceda ao arranque dos cepos (improdutivos) que de contrário continuarão a rebentar e impossibilitarão uma nova plantação.

Esta operação, além de dispendiosa tem um impacto muito grande na estrutura e estabilidade do solo, pelo que deve ser feita de forma localizada. Actualmente, existem equipamentos, pinças, que o fazem minimizando a mobilização e arrastamento do solo mas habitualmente tem-se utilizado os dentes do ripper para os arrancar.

Os cepos arrancados devem ser dispostos no terreno de maneira a ocupar a menor superfície possível, normalmente em cordões em curva de nível.

Os resíduos mais finos resultantes devem ser envolvidos no solo, através de uma gradagem, uma vez que a sua incorporação fará aumentar a fertilidade do solo pelo aumento de matéria orgânica. Em alternativa, com as precauções devidas, poderá ser feita a destruição química dos cepos.

✓ MOBILIZAÇÃO DO SOLO

Existem vários tipos de mobilização de solo, desde a simples abertura de covas manual, lavoura profunda, passando pela ripagem, sub-solagem, armação de vala e cômoro, e terraços.

Estas formas de mobilização devem ser efectuadas segundo a curva de nível para evitar processos graves de erosão que podem deitar a perder o investimento realizado ou comprometer as características do solo com efeitos negativos no futuro.

1. Abertura de covas, pode ser feita manualmente em terrenos com forte inclinação ou com balde ou pá de retroescavadora quando as plantações têm uma baixa densidade. As dimensões da cova tem que per-

mitir que o solo fique mobilizado num volume suficiente para permitir o fácil desenvolvimento da raiz. É importante que junto à raiz seja depositada a parte mais fértil da terra, ou seja, a das camadas mais superficiais.

2. Lavoura, operação adequada para terrenos de uso agrícola, situações onde frequentemente é fácil arranjar tractores borracheiros e a alfaia adequada.

3. Ripagem, recomenda-se em situações de maior inclinação e pedregosidade pois os dentes de ripper que podem ter dimensões variáveis, permitem fragmentar e romper as camadas mais pedregosas, acelerando o processo de criação de solo e proporcionando maior facilidade no desenvolvimento radicular das plantas. Os dentes de ripper são acoplados a tractores de lagartas com potências variáveis conforme o esforço necessário para vencer a adversidade do terreno.

Se aplicar aos dentes do ripper umas aivecas temos uma mobilização do tipo sub-solagem.

4. Sub-solagem – a sub-solagem utiliza-se em situações semelhantes à da ripagem mas com menor pedregosidade. Tem a vantagem de abrir mais o rego de plantação e enviar para o fundo deste a terra (superficial) com maior teor de matéria orgânica.

5. Armação de vala e câmoros, consiste numa forma de armar o terreno maximizando o aproveitamento/retenção da água. É uma operação dispendiosa pelo que deverá ser usada com critério.

6. Terraços – utiliza-se em terrenos de declive superior a 30%, onde não é possível executar nenhuma das alternativas anteriores. A técnica de fazer socos é muito complexa e dispendiosa e trata-se da mobilização do terreno mais drástica uma vez que o perfil do solo é completamente alterado. É importante fazer a estabilização dos taludes e construir o patamar com ligeira inclinação (1-2%) para a parte interior, caso contrário, pode-se provocar o arrastamento de largas toneladas de solo que levará muitos anos a reconstituir. É sem dúvida a técnica de mobilização do solo mais polémica entre os técnicos. Há quem a rejeite por completo pelo impacto ecológico e os custos associados, por outro lado há os que defendem que em condições de inclinação extrema é a única solução.

Mas a opinião é unânime quanto à necessidade de se avaliar bem o custo/benefício, note-se que se trata de uma operação muito ligada ao eucalipto exactamente por ser uma cultura que amortiza mais facilmente esta operação e mesmo neste caso começa-se a questionar o retorno deste investimento.

ATENÇÃO: A mobilização do solo deve sempre proporcionar à planta/semente uma porção de terra envolvente proveniente das camadas superficiais que são as mais férteis. Resumindo, os 15-20 cm superficiais de solo devem ficar a 30-40cm de profundidade para que após plantação haja disponibilidade de nutrientes na rizosfera.

✓ FERTILIZAÇÃO

No caso de ser necessário e economicamente viável pode-se proceder a uma adubação de fundo de acordo com as características do solo (**ver ficha do Boletim nº 20**). No caso da sub-solagem aconselha-se que o distribuidor de adubo seja acoplado ao subsolador, nos restantes casos normalmente a adubação é executada manualmente a uma profundidade de 30 a 50 cm.

ATENÇÃO: Exija o cumprimento das regras de segurança no trabalho e das boas práticas florestais como, por exemplo, não deixar materiais não degradáveis no terreno ou qualquer tipo de resíduos a obstruir linhas de água, caminhos ou outros acessos.

Glossário

Povoamento florestal Conjunto de árvores provenientes de uma arborização e que formam uma mancha florestal

Curva de nível Linha que une pontos com a mesma altitude

Meteorizar Decomposição das substâncias noutras mais simples e assimiláveis pelas raízes da planta

Talhadia Forma de exploração, possível em algumas espécies florestais, em que após corte, a base do tronco ou cepo, regenera emitindo varas ou ramos

Rizosfera Área envolvente e sob a influência da raiz

Legislação mais relevante

Protecção ao relevo natural e ao revestimento vegetal (casos de licenciamento obrigatório)

Dec.-Lei nº 139/89 de 28 de Abril

Arborização e rearborização com espécies de rápido crescimento (mobilização de terreno)

Portaria nº 528/89 de 11 de Julho

Reserva Ecológica Nacional

Dec.-Lei nº 93/90 de 19 de Março

ORGANIZAÇÕES	SEDE	EQUIPA TÁC.
Associação Florestal do Vale do Sousa	Ed. Sonho, Fracção C – cave tras. – Madalena • 4580 Paredes Tel. / Fax: 255 783 979 • Telem.: 96 256 86 59	Eng. Amália Neto e Eng. Alexandre Gomes
CELFOR – Ass. Prod. Florestais	R. Andrade Corvo, Ed. Câm. Mun. • 6360-331 Celorico da Beira Tel. / 271 747 450/1 • Fax: 271 747 459 • Telem.: 96 250 20 36	Eng. Marisa Martins e Eng. Paulo Mimoso
Associação Florestal do Lima	Antigos Paços do Concelho – Praça. da República • 4990 Ponte de Lima Telem.: 917 625 099 • Tel./Fax: 25 894 41 03	Eng. Nuno Sousa Eng. Adelina Moreira
Associação Florestal de Basto	Av. Capitão Elísio de Azevedo, Lt. 14, 2º D Cabecelas de Basto 4860 Arco de Baúlhe Tel. / Fax: 253 665 309 • Telem.: 96 804 41 63	Eng. Artur Mota
Associação Florestal do Cávado	Campo das Carvalheiras nº 1 • 4700-419 Braga Tel. / Fax: 253 218 713 • Telem.: 91 976 47 45	Eng. André Rebelo
Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho	Largo dos Padrões, Bloco 4, • 4950-491 Monção Tel. / Fax: 251 654 096 • Telem.: 96 453 31 79 e 96 377 95 45	Eng. Margarida Barbosa e Eng. Elisabete Araújo
Associação Florestal de Entre-Douro e Tâmega	Av. Futebol Clube do Porto nº 875 • 4630-203 Marco de Canavezes Tel./Fax: 255 523 556 • Telem.: 96 235 42 85	Eng. António Neto e Eng. Ricardo Marinho
Associação Florestal do Vale do Douro Norte	Praça 5 de Outubro – Apartado 38 • 5090-112 Murça Tel.: 259 511 712/259 518 430 • Fax: 259 518 431 • Telem.: 93 955 40 42	Eng. João Teixeira e Eng. Elvira Azevedo
PORTUCALEA – Associação Florestal do Grande Porto	Rua 5 de Outubro, nº 68 (Ed. Bombeiros) • 4420-086 Gondomar Tel./Fax: 22 463 18 66 • Telem.: 96 249 75 63	Eng. Teresa Neves e Eng. Helena Barbosa
ARBOREA – Associação Florestal da Terra Fria Transmontana	Ed. Casa do Povo – Largo do Toural • 5320-311 Vinhals Tel./Fax: 273 770 070 • Telem.: 96 2404007	Eng. António Borges
Associação Florestal de Entre-Douro e Vouga	P. Brandão de Vasconcelos, 10 (Antigo edifício escolar) • 4540-110 Arouca Tel./Fax: 256 949 041 • Telem.: 96 267 51 63	Eng. Pedro Quaresma Eng. Ricardo Sousa Eng. Cristina Tavares
Associação dos Silvicultores do Vale do Ave	Quinta do Pinhão • S. Torcato • Apartado 1076 • 4811-908 Guimarães Tel.: 253 55 37 76 • Telem.: 91 740 69 89	Eng. Rui Guimarães
FLORISVOUGA – Associação Florestal de Lafões	(Sede prov.) Drizes, Bairro Novo • Apartado 23660 S. Pedro do Sul Fax: 232 712 696 • Telem.: 96 580 43 01	
AGRIARBOL – Associação Produtora Agro-Florestal da Terra Quente	Mercado Municipal, loja 34 • 5340-208 Macedo de Cavaleiros Tel./Fax: 278 421 698 • Telem.: 93 620 06 20	Eng. Paulo Rodrigues e Eng. Marisa Martins
URZE – Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela	Av. dos Bombeiros Voluntários – Ed. Mercado Municipal – Cave • 6290-520 Gouveia Tel.: 238 498 160 • Fax: 238 498 159 • Telem.: 91 933 65 82	Eng. Rui Xavier
Associação Florestal do Baixo Vouga	Centro Coordenador Transportes, Loja 7 • 3850-022 Albergaria-a-Velha Telem.: 917 133 536	Eng. Luís Sarabando
ARAVIS – Associação Regional de Agricultores de Viseu	Av. Emídio Navarro, nº 27, 3º – loja 24 A/D – Académico • 3500 Viseu Tel.: 232 422 568 • Fax: 232 431 934	Eng. Fátima Reis
CAPOLIB – Cooperativa Agrícola Botlicas – Secção Florestal do Alto Tâmega e Barroso	Av. do Eiró • 5460 Botlicas Tel.: 276 415 787 • Fax: 276 415 734 • Telem.: 962 683 270	Eng. Ricardo Saldanha
Cooperativa Silvo-Agro Pecuária de Vila Nova de Celra	3300 Vila Nova de Celra Tel.: 235 770 170 • Fax: 235 770 176 • Telem.: 91 733 63 34	Eng. Pedro Oliveira
RIBAFOR – Associação Florestal Terras de Riba Douro	Sede provisória: Quinta do Paiol • 5100 Lamego Telem.: 91 916 18 28	Eng. Catarina Quintela
AFACC – Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves	Rua Cândido Sotto Maior, nº 68-A • 5400-165 Chaves Tel./Fax: 276 326 702 • Telem.: 93 824 31 92	Eng. Manuel Moura Eng. Marco Fachada
ACRISABUGAL – Associação Criad. Rumln. e Prod. Forstals do Concelho de Sabugal	Largo do Cemitério • 6320 Sabugal Tel.: 271 752 753 • Fax: 271 753 398	Eng. Carla Pereira
Associação Florestal Concelho de Gois	Rua Comandante Bebiano Baeta Neves, 316 • 3330 Gois Tel.: 235 778 828	Eng. Rui Giestas
APFLOR – Associação de Produtores e Proprietários Florestais de Pedrogão Grande	Largo da Devesa • 3270 Pedrogão Grande Tel.: 236 488 837	Eng. Sónia Lopes e Eng. Margarida Gonçalves
ASFLOBAR – Associação de Produtores Florestais do Barroso	Rua General Humberto Delgado • 5470 Montalegre Tel./Fax: 276 511 501	Eng. Maria Amélia Machado
AFLOSUL – Associação Florestais do Sudoeste Algarvo	Rua do Comércio, 8670 • 220 Bordelra Tel./Fax: 282 973 141	Eng. Sobral Almeida